

## ANEXO I

[Alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do Dec. – Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro]

1 - Telmo Manuel Jacinto Inácio, natural da freguesia de São João das Lampas, concelho de Sintra, casado, com domicílio profissional na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, Nº 108 – 3º Andar – 1070-067 em Lisboa, portador do Bilhete de Identidade nº 8473993, emitido pelos serviços de identificação Civil de Lisboa, na qualidade de representante legal da CEPESA PORTUGUESA PETRÓLEOS, S.A., com sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, Nº 103 – 3º Andar – 1070-067, na freguesia de São Domingos de Benfica, concelho de Lisboa, com o capital social de trinta milhões de euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número de matrícula e de identificação fiscal 500513295, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Fornecimento Contínuo de Combustíveis Rodoviários em Postos de Abastecimento Públicos (Concurso N.º1/SAPR/2017) declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (ver nota 3):

- a) Anexo II – Alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º
- b) Anexo III – Proposta de Preço
- c) Anexo IV – Histórico de Preços Tarifa praticados pela Cepsa
- d) Anexo V – Declaração da rede de Postos de Abastecimento Cepsa no Concelho de Silves
- e) Especificações Técnicas Lubrificantes
- f) Listagem da Rede de Postos de Abastecimento da Cepsa em Portugal
- g) Registos criminais
- h) Comprovativo de não dívida à Segurança Social
- i) Comprovativo de não dívida à Autoridade Tributária
- j) Certidão Permanente
- k) Procuração com Poderes para responder ao Concurso

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido do contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (ver nota 4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional (ver nota 5)] (ver nota 6);

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (ver nota 7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (ver nota 8)] (ver nota 9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (ver nota 10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (ver nota 11);

f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código. (ver nota 12);

g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do art.º 562.º do Código do Trabalho (ver nota 13);

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de 2 anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (ver nota 14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (ver nota 15) [ou os titulares do seus órgão sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (ver nota 16)] (ver nota 17):

- I) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do art.º 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- II) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do art.º 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- III) Fraude, na acepção do art.º 1.º da Convenção relativa à Protecção do Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- IV) Branqueamento de capitais, na acepção do art.º 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

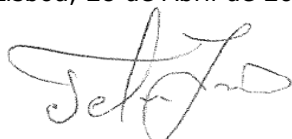
j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do art.º 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II ao referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do n.º anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do art.º 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 28 de Abril de 2017



Telmo Inácio